



ESTADO DO MARANHÃO  
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO – SECID  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÕES  
Av. Getúlio Vargas, 1.908 – Monte Castelo (Fabril)  
CEP: 65.030-005 – Tel.: 31331400

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

CONCORRÊNCIA N.º 005/2021 – CSL/SECID  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 31147/2021/SECID

**OBJETO:** Registro de Preços para contratação eventual e futura de empresa especializada na área de engenharia civil, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de logradouros públicos localizados nos municípios da regional Santa Inês, com o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no edital e seus anexos.

**REQUERENTE:** RR CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente avaliando a TEMPESTIVIDADE desta Impugnação ao Edital, analisando sob o prisma dos critérios da razoabilidade e proporcionalidade o art. 41, §2º da Lei Federal 8.666/93, assim como dos itens 12.2 e 12.4.1 do Edital da Concorrência n.º 0005/2021, entende-se que o mesmo é tempestivo.

**II – DOS ESCLARECIMENTOS**

Na impugnação do Edital interposta pela RR CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES, verifica-se que a empresa requerente afirma que após análise do Edital da referida Concorrência, concluíram que o mesmo, traz consigo cláusulas que comprometem a disputa, ficando a Administração inviabilizada de analisar uma oferta extremamente mais vantajosa, impossibilitando até mesmo que as empresas mais capacitadas para esta contratação possam ser selecionadas.

A Constituição Federal em seu art. 37, XXI, aduz que “*ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*”

Com efeito, o texto constitucional assegura, dentre outros, os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório e da celeridade.